



Enap

Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Formação Profissional
Coordenação-Geral de Especialização



**Portal de
Transparência
e Boletim de
informações
dos Regimes
Próprios de
Previdência
Social - RPPS**

Portal de Transparência e Boletim de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública 10ª edição. Professor Orientador: Prof. Dr. Alexander Cambraia Nascimento Vaz.

PORTAL DE TRANSPARÊNCIA E BOLETIM DE INFORMAÇÕES DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autor: Júlio Romeu Maciel dos Santos

Escola Nacional de Administração
Pública - ENAP

RESUMO

Este trabalho pretende mapear e descrever as principais variáveis relacionadas aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS instituídos pelos Estados e Municípios com vistas a proporcionar um melhor acompanhamento da gestão e auxiliar na ação de supervisão e fiscalização por parte das autoridades competentes a partir da publicização estruturada destas informações. A Secretaria de Políticas Públicas de Previdência Social – SPPS que atua como agente regulador pode se beneficiar de um maior controle social potencializado pelo envolvimento de outras partes interessadas na garantia de sustentabilidade a longo prazo do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência do servidor público.

PALAVRAS-CHAVE: ACOMPANHAMENTO. FISCALIZAÇÃO. CONTROLE SOCIAL. TRANSPARÊNCIA.

1. INTRODUÇÃO

O tema da previdência ganha relevância neste momento de agravamento da crise fiscal por que passa todo o Estado Brasileiro. O gasto com o pagamento de aposentadorias tem aumentado em grande escala e a projeção futura aponta para a urgência de uma reforma da previdência social com a redefinição de sua forma de financiamento e de cobertura. Neste cenário, aumenta a necessidade de disponibilização de informações que favoreçam uma melhor compreensão do atual sistema cenário. Tomando como recorte os regimes próprios de previdência dos estados e municípios pretende-se mapear e descrever variáveis e subsidiar uma proposta de divulgação estruturada das informações relacionadas a este setor, seja por meio de um portal de transparência ou de boletins informativos. O objetivo é de dar transparência para a gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e proporcionar o maior controle social e contribuir na atividade de acompanhamento e fiscalização deste setor que é desempenhada pelo Departamento de Regimes de Previdência no Serviço Público, da Secretaria de Políticas de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

2. METODOLOGIA

Por se tratar de um projeto de intervenção a sua natureza é aplicada e visa incrementar a ação de acompanhamento dos RPPS. O projeto está estruturado em cinco partes, e tem fundamentação teórica na atividade de monitoramento e avaliação da política pública com ênfase na transparência e controle social. Inicialmente pretende-se realizar uma breve apresentação do estado da arte da previdência social brasileira para fins de localização do segmento aqui estudado dos RPPS, no projeto de pesquisa que será desenvolvido a partir da seguinte estrutura: 1) A importância da transparência da atividade pública e a diferenciação entre o monitoramento e avaliação; 2) Descrição de experiências de fiscalização e acompanhamento em políticas públicas; 3) Confirmação da hipótese de que a maior transparência proporciona um melhor acompanhamento a partir da apresentação do estudo de caso; 4) Apresentação de proposta de disponibilização das informações e a Construção de indicadores que favoreçam o acompanhamento dos RPPS; 5) Análise da viabilidade da implementação da solução proposta;

3. LÓGICA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO

Objetivo Superior	Colaborar na construção do sistema público de previdência social capaz de garantir o pagamento das aposentadorias das próximas gerações de aposentados.
Objetivo do Projeto	Fortalecer a ação do MPS de fiscalizar e acompanhar os RPPS mediante ampliação do controle social favorecido pela maior transparência das informações afetas aos RPPS.
Principais produtos	Elaboração de proposta de Painel de Transparência a partir das informações encaminhadas pelos Regimes Próprios; Elaborar e disponibilizar boletins informativos sobre o desempenho da gestão dos RPPS;

4. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

Este projeto se desenvolveu junto ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social em Brasília-DF. Cabe registrar que entre a escolha do tema para o projeto de intervenção até a sua conclusão, ou seja, no período de outubro/2015 a junho/2016 a estrutura de governança da ação de acompanhamento e supervisão dos RPPS sofreu importantes alterações. No início deste trabalho, o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP fazia parte do Ministério da Previdência Social que em novembro de 2015 foi integrado com a estrutura do Ministério do Trabalho e desde maio de 2016 o DRPSP passou a fazer parte da Secretaria de Previdência vinculada ao Ministério da Fazenda. As referências ao ministério citadas durante o todo o texto tiveram que ser mais de uma vez alteradas mas para uniformizar e também como forma de reivindicar o retorno de sua estrutura autônoma, iremos tratar aqui como Ministério de vinculação ao DRPSP e à Secretaria de Políticas de Previdência Social como Ministério da Previdência Social – MPS.

4.1. Público-Alvo

Os regimes próprios de previdência a que estão vinculados os servidores públicos, civis e militares, federais, estaduais e municipais de cada unidade federativa que tenha instituído o seu plano próprio conforme está previsto no art. 40 da Constituição Federal de 1988 e visa precipuamente fornecer aos mais de 10 milhões de servidores públicos dos

estados e municípios brasileiros as informações dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS relativas à sua gestão e que contribua para se conhecer a situação do equilíbrio financeiro e atuarial de cada Unidade Gestora – UG. Também são identificadas como partes interessadas nesta divulgação estruturada de informações as autoridades das três esferas de governo, os formuladores de políticas públicas além dos órgãos de controle e fiscalização como os Tribunais de Conta estaduais e municipais.

5. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A garantia do pagamento das aposentadorias das próximas gerações de servidores públicos depende da adoção de melhores práticas de gestão que garantam maior controle e transparência dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Dar maior visibilidade deste segmento pode contribuir para mitigar o risco de gestão e também o risco sistêmico trazido pela crise fiscal por que passa todo o Estado Brasileiro. Neste contexto, as reservas financeiras relativas aos recursos destinados ao pagamento de aposentadorias devem ser protegidas do desvio de finalidade e também da má gestão ou de fraudes. O MPS é o principal órgão de fiscalização acompanhamento dos RPPS e tem buscado incrementar os mecanismos para tornar cada vez mais eficiente e efetiva a sua ação. Este projeto espera contribuir nesta árdua tarefa de apontar para a urgência de se aprofundar no acompanhamento desta política de previdência voltada aos servidores públicos ao propor mecanismos de coleta, organização e divulgação periódica das informações referentes a mais de 2.054 estados e municípios que instituíram um Regime Próprio de Previdência.

6. RPPS E A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Antes de aprofundar no tema proposto, é importante fazer uma breve explanação de como está organizada a Previdência Social Brasileira e em particular a situação dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Para Nogueira, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil elevados ao texto Constitucional é o dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, indicando assim “uma opção ideológica de conciliação entre o trabalho e o capital como elementos de construção da ordem econômica com justiça social”. Em sua obra A Constituição e o Direito à Previdência Social, Nogueira conclui que a Previdência Social ao garantir a dignidade da pessoa humana por possibilitar ao trabalhador a manutenção de suas necessidades básicas nas situações em que a sua capacidade laborativa é reduzida, por

promover a conciliação entre valores da livre iniciativa e do trabalho, e por constituir um instrumento de distribuição de renda e de redução de desigualdades sociais e regionais, esta tem o seu “status” identificado como um dos princípios fundamentais assegurados pelo texto constitucional.

De acordo com o art. 194, parágrafo único da Constituição Federal de 1988, a Previdência Social junto com a Saúde e a Assistência Social constituem a tríade de ações integradas de iniciativa do Poder Público e da sociedade, que formam a fundamental rede de proteção social, alcançando, assim, um conceito mais amplo que é o de seguridade social.

O sistema de proteção previdenciária brasileira conta com agentes públicos e privados. O setor privado abarca a previdência complementar que é composta pelos fundos de pensão¹. Já o sistema público está dividido em dois grandes ramos, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Entre as principais características do sistema público de previdência social no Brasil está o seu caráter não universal e de filiação e contribuição obrigatórias.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998)

Ao RGPS encontram-se vinculados todos os trabalhos de empresas de direito privado, ou seja, submetidos à CLT, bem como os trabalhadores autônomos, avulsos, os segurados especiais, além dos servidores sem vínculo efetivo ocupantes de cargos em comissão junto às três esferas de governo. Também estão vinculados ao RGPS os servidores públicos vinculados a estados e municípios que não tenham instituído um regime próprio de previdência social.

A principal fonte de regramento dos RPPS é a Lei Federal nº 9.717/98, de 27 de novembro de 1998, que estabeleceu regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos que podem ser instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos de acordo com as normas gerais.

Do ponto de vista do modelo de financiamento existe uma clara distinção entre o RGPS e os RPPS. Enquanto aquele adota o sistema solidário de repartição, este adota o

¹ Fundo de Pensão – São as chamadas Caixas de Previdência do tipo aberta ou fechada.

sistema de capitalização. Na repartição não há formação de poupança para o pagamento futuro de benefícios, estes são suportados pelas receitas da arrecadação daqueles que estão em atividade, é o chamado pacto Inter geracional onde a população ativa financia o pagamento da aposentadoria dos inativos. No sistema de capitalização, modelo que está em processo de estruturação e implementação pelos RPPS, pretende-se garantir o pagamento de benefícios programáveis. As contribuições arrecadadas passam a fazer parte de um caixa que servirá para o pagamento das futuras aposentadorias. Aqui a sustentação do sistema não depende da relação ativos/inativos, mas do equilíbrio atuarial que indicará a necessidade de recursos que deverá ser aplicada e quanto deverá render para garantir o pagamento dos futuros benefícios.

Quanto aos benefícios, enquanto o RGPS abarca uma série de benefícios que visam garantir aos seus beneficiários, segurados e dependentes, meios indispensáveis de sobrevivência em caso de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, os Regimes Próprios devem garantir no mínimo os benefícios de aposentadoria e de pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

7. A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA DA ATIVIDADE PÚBLICA E DA NECESSIDADE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.

O crescimento da atividade estatal na promoção e implementação das políticas públicas demanda também um incremento na capacidade de avaliação de acompanhamento destes programas. Para Jannuzzi (2011), em que pese os avanços observados nos últimos anos chama atenção as diferenças observadas entre as esferas de governo e também na comparação entre programas, “... ainda são expressivos os contrastes que se podem observar, por exemplo, no acompanhamento dos programas nas áreas de saúde e da qualificação profissional, ou entre equipes de gestores do governo federal e técnicos de prefeituras de pequenos municípios no interior do país. Tal situação aponta para a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento e avaliação e no caso específico dos Regimes Próprios de Previdência este projeto espera dar a sua contribuição.

Ao se falar de avaliação deve-se ter em mente que esta consiste em “um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado” (RAMOS, SCHABBACH), pois aos gestores de políticas públicas os elementos necessários ao desenho de políticas mais

consistentes, eficientes, efetivas e eficazes. Portanto, a atividade de avaliação assume um papel estratégico pois propicia uma melhor compreensão das políticas e do Estado em Ação e se torna assim um instrumento que auxilia na tomada de decisão.

O processo de avaliação pode ser diferenciado quanto aos tipos: gerencialistas e não-gerencialistas e também quanto ao agente que avalia e quem participa do processo de avaliação onde se verifica que o resultado pode ser influenciado pelos interesses do agente que promove a avaliação, especialmente quando este está diretamente envolvido no processo de implementação ou de gestão daquela atividade objeto de avaliação. A avaliação ainda é classificada entre formativa e somativa, onde a primeira se relaciona a correção de procedimentos enquanto esta última foca no atingimento de metas, ou seja, na sua efetividade.

Quanto ao momento a avaliação pode ser definida como ex ante, que se refere ao diagnóstico e a ex post que ocorre ao longo da avaliação do programa ou ao seu término, esse último é frequentemente instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo.

Faz-se necessária estabelecer a diferenciação entre avaliação e monitoramento: enquanto este se refere a uma atividade gerencial interna, aquela objetiva verificar os benefícios advindos do programa avaliado. Quanto ao uso, a avaliação poderá ter um papel instrumental, conceitual, de persuasão ou de convencimento, mas o destaque dado diz respeito a necessidade de divulgação uma vez que o uso da avaliação, independente da finalidade fica condicionado a sua publicidade (RAMOS, SCHABBACH).

Ao diferenciar as atividades de monitoramento e avaliação Jannuzzi nos explica que enquanto etapa do ciclo de políticas públicas, “a avaliação realiza-se após a implementação, trata-se de um momento de natureza mais reflexiva para a continuidade do programa” e faz a diferenciação da atividade de monitoramento/avaliação que são realizadas a partir de indicadores e outros instrumentos que podem ser empregados em qualquer uma das fases do ciclo.

A partir do que foi conceituado acima o presente projeto pode ser situado como atividade de monitoramento uma vez que pela própria característica da política de previdência dos regimes próprios a avaliação da efetividade da política ainda não pode ser realizada por tratar-se de programa de longo prazo de maturação cujos resultados ainda não podem ser conhecidos. O sucesso da política e a confirmação de sua efetividade só será possível de se verificar quando a geração atual de servidores públicos for para a inatividade e o valor de

recursos acumulados pelo RPPS ao longo do período laborativo dos servidores for suficiente para garantir o pagamento das aposentadores até um dos motivos de cessação previstos em lei, ou seja, em termos técnicos, a efetividade da instituição de um RPPS de um estado ou município representa a manutenção do seu equilíbrio financeiro e atuarial.

É evidente que não se deve esperar até que o RPPS entre em situação de grave desequilíbrio para que se tome alguma providência necessária para se corrigir tal rota pois provavelmente será tarde. Por esta razão, o MPS realiza o acompanhamento e fiscalização periódica dos mais de 2050 RPPS. Em muitas situações o monitoramento realizado pelo Ministério aponta para a necessidade de alteração da legislação e para o aumento de alíquotas ou da meta de rendimento dos recursos financeiros investidos. O processo de avaliação que aqui ocorre é da avaliação formativa, que se relaciona a correção de procedimentos enquanto a avaliação somativa estaria mais relacionada a cumprimento de metas (RAMOS, SCHABBACH) que só serão verificadas quando do pagamento das futuras aposentadorias, até lá, caberá o constante monitoramento e a correção de rumos.

8. EXPERIÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESTADO DA ARTE DESTAS AÇÕES NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE REGIMES DE PREVIDÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO – DRPSP DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A natureza da atividade de fiscalização e acompanhamento desempenhada pelo MPS como órgão integrante da administração federal direta é em parte limitada pois deve sempre respeitar a autonomia dos respectivos órgãos integrantes de pessoas jurídicas distintas (no caso, Estados e Municípios membros da Federação). A estrutura de governança varia para cada RPPS e nem sempre a Unidade Gestora possui autonomia administrativa e técnica para deliberar sobre questões afetas a política de previdência dos servidores públicos daquele Ente.

O MPS, por meio do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público (DRPSP) atua no acompanhamento e supervisão dos RPPS mediante a realização de estudos técnicos necessários ao aprimoramento dos regimes de previdência no serviço público. Também participa do processo de confecção de projeções atuariais e simulações das receitas e despesas. Presta ainda assistência técnica com vistas ao aprimoramento das bases de dados previdenciárias e à realização de diagnósticos e de propostas de reformas dos sistemas

previdenciários no serviço público e realiza o acompanhamento dos resultados apresentados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na organização dos seus regimes de previdência.

Atualmente, o principal instrumento de vinculação dos RPPS ao acompanhamento e supervisão por parte do MPS se dá pela administração do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. O ente que não atende ou não comprova ao MPS o atendimento aos critérios exigidos para emissão de CRP fica impedido de contratar com bancos públicos federais e de receber transferências voluntárias da União.

Portanto, todo o processo de regulação e acompanhamento dos RPPS se baseia na administração da emissão do CRP que exige do RPPS o atendimento a 35 critérios de regularidade, que vão desde o envio da Legislação de Criação do RPPS até a comprovação do cumprimento de metas atuariais obtidas a partir da acumulação e do rendimento de recursos financeiros destinados ao pagamento de futuros benefícios.

O envio destas informações é realizado via o sistema CADPREV que é o canal de transação entre os RPPS e o MPS cujo conteúdo dos demonstrativos e a sua periodicidade de envio estão regulamentados por Portarias Ministeriais. Para cumprir as exigências de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, os RPPS informam periodicamente demonstrativos sobre a meta atuarial, sobre o perfil de seus investimentos, sobre a situação dos repasses da contribuição patronal, demonstrativos contábeis e sobre a legislação. No entanto, o MPS tem a sua atuação em parte limitada por ações judiciais que retiram a eficácia de sua atividade fiscalizatória.

Grande parte da informação recepcionada pelo MPS não chega nem a ser tratada servindo apenas para atendimento de uma exigência formal, pois parte do processo de regularização ocorre de forma automática onde o próprio sistema CADPREV realiza alguns tipos de validações, sem necessidade de interferência direta de algum técnico. O corpo técnico de servidores do MPS atua principalmente na elucidação de dúvidas relacionadas a notificações realizadas automaticamente pelo Sistema. Praticamente a totalidade das informações dos RPPS são encaminhadas via sistema CADPREVWEB que além de recepciona-las, realiza notificações eletrônicas automáticas apontando para a necessidade de correção ou complementação de alguma informação.

Existe, portanto, uma janela de oportunidade para incrementar as bases de dados com vistas a possibilitar o cruzamento de informações e tornar o controle mais efetivo.

Sendo o MPS o órgão responsável por acompanhar e fiscalizar os RPPS, a proposta é a de construir uma ferramenta de disponibilização das informações dos Regimes Próprios de Previdência que são encaminhadas àquele Ministério.

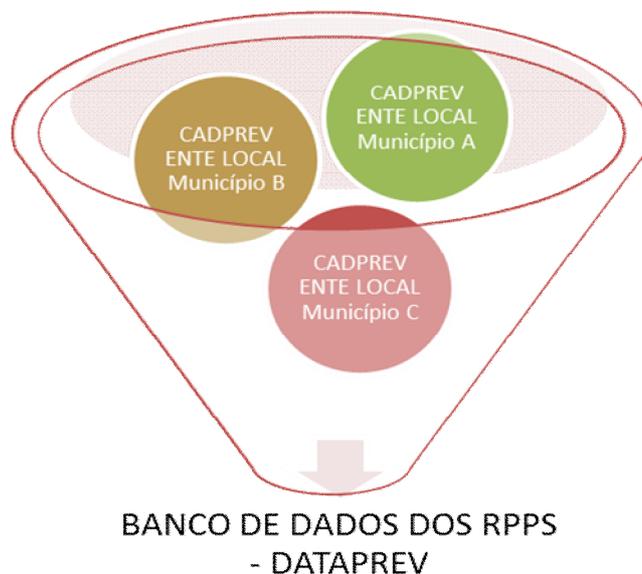


Figura 1 FUNIL CADPREVWEB

Fonte: Autor

Outra necessidade de melhoria está na validação das informações de natureza declaratória. Para enfrentar esta questão o MPS tem buscado implementar novas ferramentas de BI e a implementação de novas regras de validação do CADPREV a partir de tabelas pré-cadastradas. Tem-se buscado também novas parcerias e a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com outros órgãos como a CVM e os Tribunais de Contas uma vez que estas instituições também fazem parte do universo de governança dos RPPS que sofrem algum tipo de controle por parte destes atores.

A proposta de organizar e divulgar as informações dos RPPS visa dar maior transparência ao universo dos Regimes Próprios de Previdência e vem também atender o dispositivo da Lei Geral da Previdência no Serviço Público, Lei nº 9717/1998 que prevê em seu artigo primeiro o livre acesso às informações relacionadas à gestão do RPPS:

Art. 1º (.....)

VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e

inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

Vale ressaltar que as ações de acompanhamento e de auditoria direta e indireta realizadas pelo MPS junto aos RPPS têm colaborado também com o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público no combate as fraudes. Os RPPS sofrem a fiscalização direta por parte do corpo de Auditores da RFB lotados no MPS que realizam auditorias periódicas e também sofrem o monitoramento remoto a partir das informações disponibilizadas por cada Ente via CADPREV.

9. MAIOR TRANSPARÊNCIA PROPORCIONA UM MELHOR ACOMPANHAMENTO

9.1. Pró-Gestão RPPS

Visando incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade o MPS lançou em maio de 2015, por meio da Portaria nº 185 (Anexo - I), o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS". Para alcançar a certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS o RPPS deverá cumprir ações nas dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária em um dos quatro níveis de aderência. Embora se perceba que desde a divulgação da portaria todo o setor tem buscado se preparar para alcançar algum nível de adesão, a efetividade desta medida ainda não pode ser plenamente verificada pois o processo de credenciamento das entidades certificadoras ainda não foi definido e aguarda a conclusão de Consulta Pública.

9.2. Controle Social – Caso Paraná Previdência

Um caso ocorrido no início de 2015 e que ganhou importante repercussão nacional serve para ilustrar a capacidade da população de influenciar na condução de políticas públicas. Trata-se da mobilização dos servidores públicos do Estado do Paraná em defesa dos recursos pertencentes ao Instituto de Previdência daquele estado – PARANÁ PREVIDENCIA. A polêmica ocorreu quando o recém-empossado governador do Estado quis

lançar mão dos recursos do fundo de previdência para o pagamento de outras despesas daquele governo.

O RPPS do Paraná havia realizado a segregação da massa (é o marco em que separa os servidores que estão cobertos pela capitalização das contribuições e aqueles que terão a aposentadoria paga pelo fundo financeiro do ente federativo) que foi instituída pela Lei estadual nº 12.398/1998, que vinculou ao Fundo Previdenciário todos os novos servidores e aqueles com idade de até 50 anos (homens) e 45 anos (mulheres). Desde a edição da Lei, o fundo previdenciário foi se capitalizando ao longo dos anos e em fevereiro de 2015, já possuía patrimônio em torno de R\$ 8,5 bilhões enquanto que o pagamento dos benefícios do plano antigo que constitui despesa do fundo financeiro (tesouro do Estado) apresentou resultado negativo de R\$ 1,4 bilhões. Ante este cenário, foi encaminhado à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 60/2015 de iniciativa do chefe do poder executivo, para extinção do fundo previdenciário e a destinação de seus recursos ao fundo financeiro. Esse Projeto de Lei encontrou forte resistência dos servidores o que levou a sua retirada da pauta de votações. Após uma série de manifestações promovidas por associações de servidores e principalmente pela categoria dos professores, o governo recuou do projeto de lei que extinguiu o fundo de previdência. Em 06/04/2015 foi encaminhado o novo Projeto de Lei nº 252/2015, que previu apenas a transferência para o fundo previdenciário, da parte do pagamento relativa aos servidores que contavam com idade igual ou superior a 73 anos até 30/06/2015. Após estas modificações, em 27/04/2015 o Projeto de Lei nº 252/2015 foi aprovado em primeiro turno pela Assembleia Legislativa do Paraná.

Neste episódio, a atuação do Ministério da Previdência Social ficou limitada à emissão de Parecer declarando como irregular o desfazimento da segregação previsto no Projeto de Lei nº 60/2015, o que de fato demoveu o governo do estado de seu intento de extinguir o fundo previdenciário foi a pressão exercida pelo controle social.

Casos como o narrado acima demonstram que a garantia da efetividade de determinada política não depende exclusivamente da autotutela a que submete o Estado. Fica o aprendizado de que mesmo neste momento de severa crise fiscal por que passam os governos, desequilíbrios orçamentários conjunturais não podem justificar o desfazimento da política pública voltada à construção do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência dos servidores públicos. A preservação dos recursos vinculados aos Fundos Previdenciários dos Estados é de fundamental importância para a sustentabilidade dos RPPS e para o equilíbrio das finanças públicas.

10. OUTRAS EXPERIÊNCIAS – MONITORAMENTO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA

Descrevemos também a experiência bem-sucedida no governo federal na implementação da plataforma de monitoramento dos programas sociais a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Criado em 2010, o Departamento de Monitoramento (DM) desenvolve atividades de organização e sistematização de informações na forma de indicadores e estudos técnicos para acompanhamento gerencial e analítico das políticas e programas do MDS. O DM é responsável pelo monitoramento da efetividade dos programas, benefícios, projetos, serviços e ações do Ministério, visando oferecer subsídios que orientem a gestão de programas e políticas sociais. (BRASIL)

Atualmente, as principais atividades desempenhadas pelo DM consistem em coletar, organizar e sistematizar informações de diferentes fontes de dados, visando acompanhar a implementação e a execução dos programas e ações do MDS. Essas atividades são apresentadas em diferentes configurações de produtos, que passam pelos indicadores sociais, painéis de monitoramento de políticas e programas, estudos técnicos, publicações e análises da conjuntura social para subsidiar a gestão. (BRASIL).

Para desenvolver seus produtos e estudos, o DM vale-se da exploração analítica de diversas fontes de dados, como o Cadastro Único, a Relação Anual de Informações Sociais, os registros de programas do MDS e outros Ministérios, os Censos Demográficos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e outras pesquisas do Sistema Estatístico Nacional. (BRASIL).

O modelo de acompanhamento observado no MDS chama a atenção por ter conseguido consolidar com sucesso a informações de diversas bases. Assim como no acompanhamento dos RPPS, a informação se refere aos estados e municípios, mas a sua gestão passa por um órgão central da União. As informações sobre a abrangência e efetividade dos programas sociais tornou mais efetiva a ação do estado e contribui na avaliação e planejamento desta política de distribuição de renda.

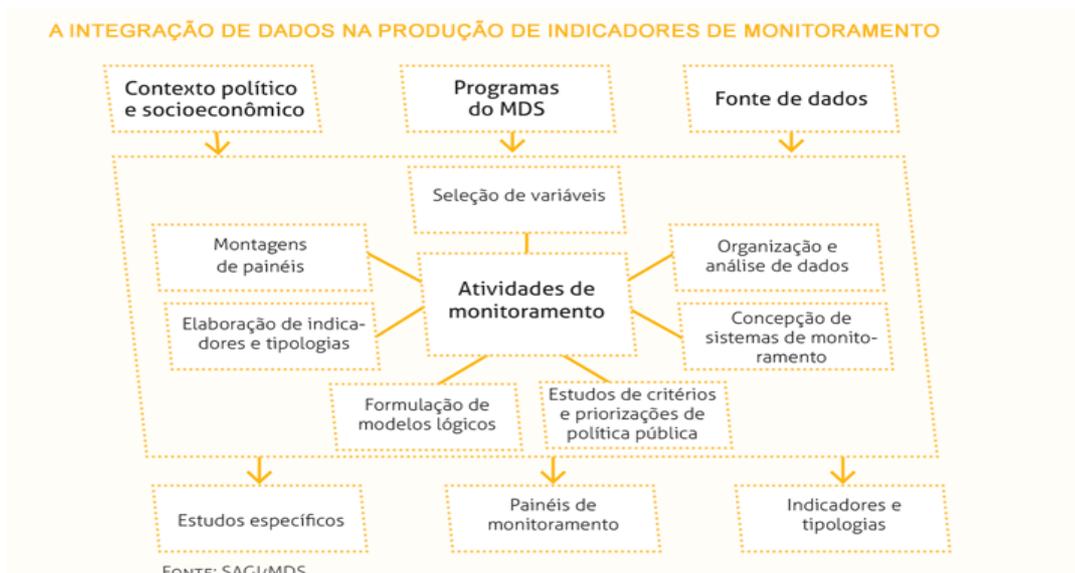


Figura 2 INTEGRAÇÃO DE DADOS E FORMAÇÃO DE INDICADORES DE MONITORAMENTO DO MDS

O sistema de monitoramento desenvolvido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS tem a virtude de ser desenvolvido pelo próprio corpo técnico de servidores e consultores. Outra contribuição que se extrai desta experiência é a disponibilização de boletins informativos sobre a situação geral ou específica de algum estado ou município sobre a realidade de determinado grupo ou população e que pode auxiliar na gestão de políticas voltadas para a solução daquele diagnóstico. O modelo de divulgação de boletins, nos moldes realizados pelo MDS, será incorporado como proposta deste projeto de intervenção voltado para a divulgação das informações dos RPPS.

11. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

11.1. Do Painel de Transparência e Boletim de informações dos RPPS.

Conforme tratado em seção anterior, no cumprimento de sua ação de acompanhamento e supervisão, o MPS recebe periodicamente dos RPPS diversas informações acerca de sua gestão e de sua situação financeira e atuarial. A transação de informações é praticamente toda realizada mediante o CADPREV e estes dados subsidiam a avaliação da situação financeira e atuarial dos RPPS por parte do MPS, mas embora sejam em sua maioria passíveis de consulta pública, não existe uma plataforma de consulta consolidada. A proposta deste projeto é, portanto, a de mapear, organizar e apresentar de forma sistematizada as informações relevantes dos RPPS que possam ser publicadas em uma plataforma pública de Painel de Transparência. Para isso, sugere-se a eleição e divulgação de determinadas variáveis

que podem proporcionar a qualquer cidadão interessado acessar informações do Sistema RPPS, seja a partir de uma visão geral ou de forma particularizada por Estado ou Região.

11.1.1. Propõe-se que no Painel de Transparência os dados sejam organizados em três eixos:

11.1.1.1. Eixo – Informações sobre a Gestão:

O Eixo Gestão trará informações relacionadas às despesas administrativas e com pessoal e demais serviços terceirizados como o de consultorias. Também se propõe a divulgação do perfil dos gestores no que se refere ao cargo, a natureza de seu vínculo bem como sobre a certificação específica dada a natureza da atividade.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTES	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	RESULTADO
Eixo de Informações				Gestão RPPS
Ente federativo	Nome do município ou estado a que se vincula o RPPS	CADPREV	Bimestral	nome/UF
Chefe do Executivo	Nome do prefeito ou governador a que se vincula o RPPS	CADPREV; Justiça Eleitoral	Bimestral	nome
Entidade Gestora	Nome da Entidade Gestora	CADPREV	Bimestral	nome
Gestor	Nome do Gestor Responsável	CADPREV	Bimestral	nome
Ano de Criação	Ano em que foi criado o RPPS	CADPREV	Bimestral	dd/mm/yyyy
Natureza Jurídica	Descrever a natureza jurídica da Unidade Gestora dentro da estrutura do correspondente Ente Federativa: Secretaria; Fundação; Autarquia	CADPREV - em implementação	Bimestral	Autarquia; Secretaria; Fundação; OSCIP
Gastor Administrativo	Qual é o valor do gasto administrativo Mensal	CADPREV	Bimestral	R\$
Taxa de Administração	Qual é o valor anual da parcela destinada ao pagamento de despesas administrativo	CADPREV	Bimestral	R\$
Serviço de Consultoria	Qual é o gasto mensal com serviço de Consultoria	Registros Contábeis CADPREV - em implementação	Bimestral	R\$
Empresa de Consultoria	Qual o nome da empresa que presta consultoria	CADPREV - em implementação	Bimestral	nome
Vigência do CRP	Informar a última data de vigência do Certificado de Regularidade Previdenciária	CADPREV	Bimestral	dd/mm/yyyy
Natureza do CRP	Informar a natureza do CRP se administrativo, judicial, via TAC;	CADPREV	Bimestral	Administrativo; decisão judicial; TAC
Conselho de Administração	Informação da Quantidade de Conselheiros	CADPREV - em implementação	Bimestral	Qtd.
Conselheiro	Informação do nome do conselheiro	CADPREV - em implementação	Bimestral	nome
Vínculo do Conselheiro	Informação do tipo de vínculo do Conselheiro, se este é ligado ao Ente, ao RPPS	CADPREV - em implementação	Bimestral	Servidor Efetivo do RPPS; Comissionado; Servidor Efetivo do Ente
Função do Conselheiro	Informação da função desempenhada no conselho, se de presidente, secretário.	CADPREV - em implementação	Bimestral	Presidente; Vice-Presidente; tesoureiro; secretário;
Remuneração/Pró-labore CA	Informação do valor do remuneração paga ao conselheiro decorrente de sua participação no conselho	Registros Contábeis do RPPS	Bimestral	R\$
Comitê de Investimentos	Informação da Quantidade de Membros do Comitê de Investimentos	CADPREV - em implementação	Semestral	Qtd.
Membro do CI	Informação do nome do membro	CADPREV - em implementação	Bimestral	nome
Vínculo do Membro do CI	Informação do tipo de vínculo, se este é ligado ao Ente, ao RPPS	CADPREV - em implementação	Bimestral	Servidor Efetivo do RPPS; Comissionado; Servidor Efetivo do Ente
Função do Membro do CI	Informação da função desempenhada no comitê, se de presidente, secretário.	CADPREV - em implementação	Bimestral	Presidente; Vice-Presidente; tesoureiro; secretário; Gestor de Recursos;
Remuneração/Pró-labore CI	Informação do valor do remuneração paga em decorrência de sua participação no comitê	Registros Contábeis do RPPS	Bimestral	R\$
Cerificação	Informação da última data de validade da Certificação	CADPREV	Bimestral	dd/mm/yyyy

Figura 3 BASE DE DADOS DO PAINEL DE TRANSPARÊNCIA DOS RPPS – EIXO GESTÃO – Anexo II

Fonte: O autor.

11.1.1.2. Eixo: Dados Financeiros e Atuariais

O eixo relativo aos dados financeiros e atuariais é aquele que demonstra a situação de equilíbrio entre receitas e despesas dos RPPS. Para que o RPPS seja sustentável a curto e em longo prazo é necessário que as fontes de recursos (receitas) sejam suficientes para saldar o pagamento de gastos com benefícios e despesas administrativas presentes e que o excedente seja investido e capitalizado para garantir o pagamento de obrigações futuras, em especial aquelas relativas aos futuros aposentados. A análise atuarial é que faz esta análise e projeta a necessidade de financiamento e rendimento dos recursos de cada RPPS. A definição das alíquotas de contribuição e a meta de rendimento dos investimentos são definidos a partir de estudos atuariais que são periodicamente revistos e reajustados com base na transformação do cenário macroeconômico e do perfil dos servidores, dependente e beneficiários.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTES	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	RESULTADO
Eixo de Informações				Dados Financeiros e Atuariais
Segregação de Massa	Informação se existe segregação de massa para o Ente Federativo	CADPREV	Anual	SIM; NÃO
Resultado Atuarial		CADPREV	Anual	< 0; = 0; >0
Alíquota Patronal	Informação da alíquota da contribuição patronal a cargo do ente federativo sobre a folha de salários	CADPREV	Anual	%
Valor da Contribuição patronal	Informação do valor da contribuição patronal mensal do ente federativo	CADPREV	Anual	R\$
Situação do Repasse	Informação da situação do repasse patronal se este está pendente ou em dia	CADPREV	Anual	regular; regular com parcelamento; em atraso; em atraso com parcelamento
Total de Investimentos	Informação do total de recursos financeiros aplicados pelo RPPS descontados os bens imóveis	CADPREV	Anual	R\$
Patrimônio do RPPS	Informação do total de patrimônio do RPPS considerando o somatório dos recursos financeiros aplicados e de outros bens e direitos.	CADPREV	Anual	R\$
Rentabilidade Média	Informação da rentabilidade alcançada no período a partir das aplicações financeiras	CADPREV - em implementação	Bimestral	%
Meta Atuarial	informação da meta atuarial estipulada para o rendimento das aplicações financeiras	CADPREV	Anual	descritiva Exemplo: 12% a.a.; IPCA+6% a.a;
Participação dos Servidores	Informação do valor total recolhido dos servidores/pensionistas para o RPPS.	CADPREV	Bimestral	R\$

Figura 4 BASE DE DADOS DO PAINEL DE TRANSPARÊNCIA DOS RPPS – EIXO DADOS FINANCEIROS E ATUARIAIS – Anexo III

Fonte: Autor

11.1.1.3. Eixo - Perfil dos Beneficiários e Contribuintes:

Este eixo de informações apresenta os dados sobre os servidores e beneficiários do RPPS. As variáveis componentes deste grupo de informações são base para o cálculo das

despesas administrativas e também para a avaliação atuarial. Portanto, as informações relacionadas a folha de pagamento e o perfil dos Beneficiários e Contribuintes vão influenciar os demais eixos e é uma importante base de comparação entre os RPPS.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTES	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	RESULTADO
Eixo de Informações				Perfil dos Segurados
Servidores ativos	Informação da quantidade de servidores ativos do RPPS	CADPREV	Anual	Qtd.
homens	Informação da quantidade de servidores ativos do RPPS - homens	CADPREV	Anual	Qtd.
mulheres	Informação da quantidade de servidores ativos do RPPS - Mulheres	CADPREV	Anual	Qtd.
dependentes legais	Informação da quantidade de dependentes legais cadastrados	CADPREV	Anual	Qtd.
Servidores aposentados	Informação da quantidade de servidores aposentados que recebem do RPPS	CADPREV	Anual	Qtd.
Pensionistas	Informação da quantidade de pensionistas que recebem do RPPS	CADPREV	Anual	Qtd.
Média Salarial	Informação do valor da média salarial dos servidores ativos	Valor deve ser calculado a partir dos Registros Contábeis do RPPS	Anual	R\$
Média dos benefícios	Informação do valor da média dos benefícios pagos pelo RPPS	Valor deve ser calculado a partir dos Registros Contábeis do RPPS	Anual	R\$
Folha de Pagamentos	Informação do total da folha de Pagamentos dos Servidores ativos vinculados ao RPPS	Registros Contábeis do RPPS	Semestral	R\$
Pagamento de benefícios	Informação do total da folha de Pagamentos dos inativos(pensionistas/aposentados)	Registros Contábeis do RPPS	Semestral	R\$
Idade média dos ativos	Informação da idade média dos servidores ativos.	Valor deve ser calculado a partir das informações da nota técnica atuarial	Anual	Anos

Figura 5 BASE DE DADOS DO PAINEL DE TRANSPARÊNCIA DOS RPPS – EIXO PERFIL DOS SEGURADOS – Anexo IV

Fonte: Autor

11.1.2. Do Boletim de informações

A partir das informações do painel de transparência propõem-se a publicação de boletins periódicos com uma avaliação mais analítica do quadro registrado de cada RPPS. O boletim irá se valer também de recursos gráficos construídos a partir de séries históricas das variáveis e deve apresentar uma síntese da situação de equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. A divulgação da informação de forma organizada visa contribuir para o maior alcance do controle social e beneficiar os gestores mais eficientes. O boletim também constitui importante instrumento de educação previdenciária contribuindo na conscientização e formação de cada cidadão. Espera-se também que a divulgação periódica de boletins acerca da situação do RPPS contribuía para incrementar o acompanhamento. A seguir é apresentado um protótipo de modelo de boletim de informações. A ideia é de que o boletim seja

preenchido de forma dinâmica a partir das informações do banco de dados do painel de transparência.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

BOLETIM - RPPS

Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – Consolidado

Nº 001 – BRASÍLIA, xx DE junho DE 201x

Boletim Semestral de informações dos Regimes Próprios de Previdência Social

Informações Gerais

O RPPS do (município/estado) administrado pelo (a) (autarquia, fundação, secretaria) (XXXXXXXXXX) cujo (a) representante legal é (xxxxxxxxxxxx).

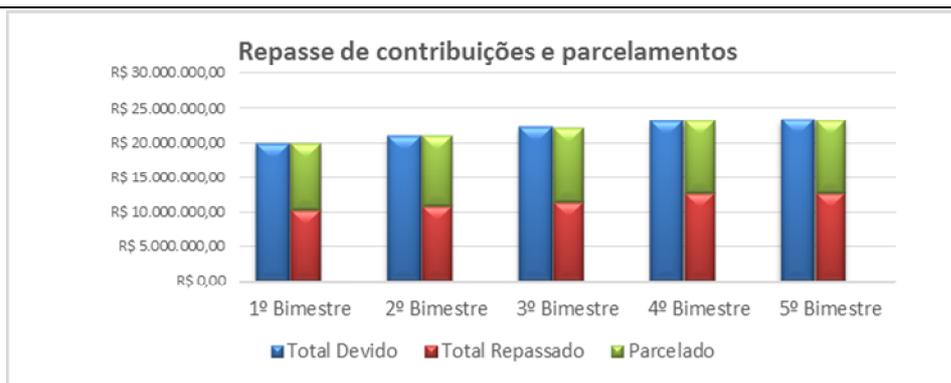
Da acumulação de Recursos Financeiros.

No encerramento do {1} bimestre de {2} o RPPS do {brasil/município/estado} de {3} registra o total acumulado de R\$ {4} em recursos financeiros destinados ao pagamento das aposentadorias dos servidores públicos. Observa-se (aumento/diminuição) de R\$ {} em relação ao montante acumulado até o encerramento do bimestre anterior. Em termos percentuais a variação de foi de {} %. O rendimento médio apresentado pelas aplicações foi de {} %.

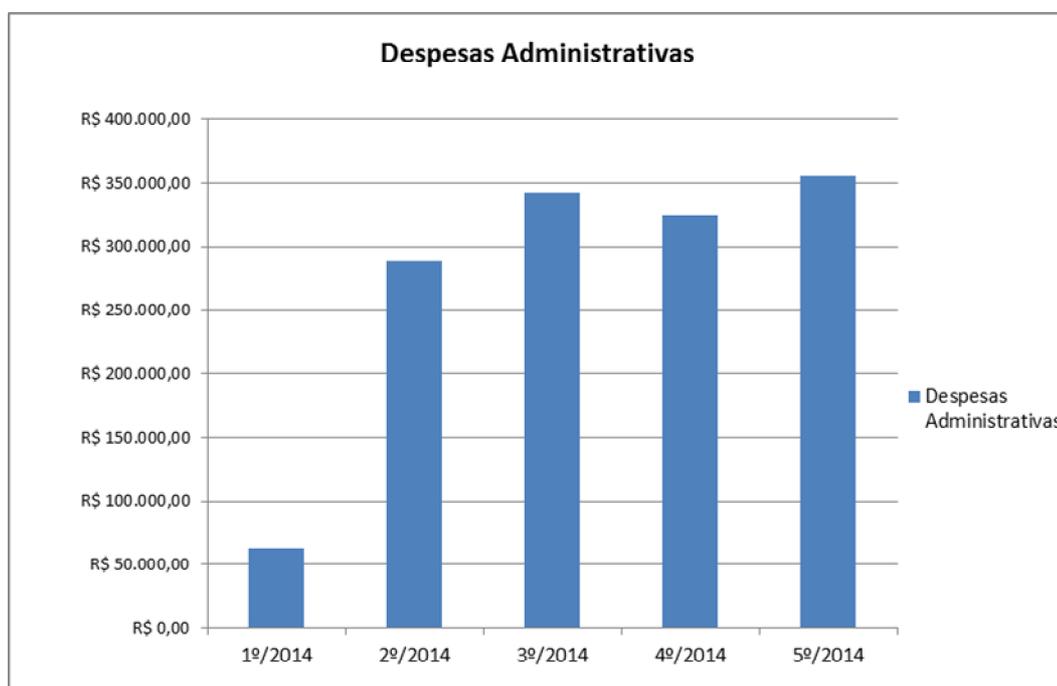


Das Despesas e Receitas

Neste período, o total de despesas com o pagamento de benefícios previdenciários foi de R\$() enquanto o total de receitas decorrentes da contribuição dos servidores foi de R\$ { }. A participação patronal (repasso do ente) foi de R\$ { } e o total de valores recebidos decorrentes de compensação previdenciária foi de R\$ { }.



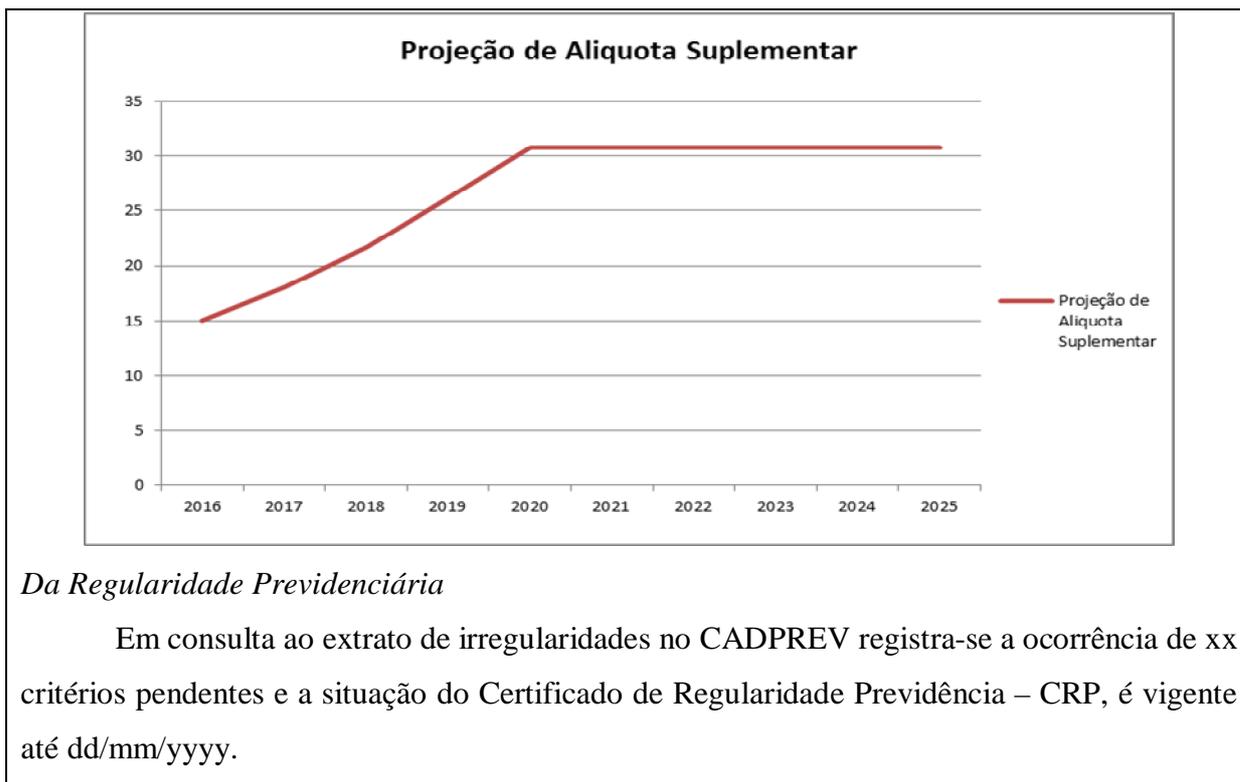
No mesmo período a despesa referente a taxa de administração foi de R\$ {}.



Do perfil do RPPS e do resultado atuarial

Em xx de xx de 201x o RPPS registra xx servidores ativos e xx aposentados e xx pensionistas. A média salarial dos proventos dos servidores é de R\$ {} e o valor médio do benefício pago é de R\$ {}.

A alíquota patronal praticada pelo ente é de xx % da folha de pagamento e a meta atuarial para o rendimento das aplicações foi estabelecida pelo resultado atuarial em de xx%.



Anexo V

Fonte: O autor.

12. DA ANÁLISE DA VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA

Ao contrário do que ocorre no Regime Geral de Previdência Social – RGPS onde já existe um elevado grau de divulgação, as informações relativas à Previdência no Serviço Público ainda carecem de maior estruturação e uma das razões que dificulta a divulgação destes dados está na diversidade da base de informações e na complexidade de consolidação de todas as informações.

Diante do desafio de trabalhar com informações de diversas origens uma das premissas deste projeto de intervenção é de utilizar informações contidas no banco de dados mantido pela DATAPREV. Está em desenvolvendo uma ferramenta – SIGERP – que visa incrementar a consulta e o tratamento de dados dos RPPS e que poderá ser a fonte de dados para o Painel de Transparência e para o Boletim de informações do RPPS.

Em que pese a contribuição deste projeto na seleção e descrição de variáveis elegíveis para um painel de transparência e na apresentação de um protótipo para nortear o desenvolvimento de um Boletim de divulgação de informações dos RPPS, a sua implementação dependerá de uma solução institucional que garanta a sua implementação e

manutenção contínua. Para isso, seria necessário que a DATAPREV ou uma equipe especializada junto ao DRPSP desenvolvesse e implantasse o projeto aqui proposto. Neste cenário de mudanças e transição que passa todo o executivo nacional e a situação de grave crise fiscal e a escassez de recursos, a implantação deste projeto dependerá do grau de priorização possível de ser dado, seja como demanda a ser entregue pela DATAPREV seja como ação a ser desenvolvida junto ao DRPSP.

12.1. Estratégia de implementação

Independente da forma em que se dará implementação do projeto, sabe-se que uma das limitações é o banco de dados dos RPPS onde as informações declaradas pelos entes nem sempre são atualizadas com a frequência necessária e onde também são frequentes os episódios de retificações. Tal situação prejudica em parte a efetividade na divulgação dos dados.

Espera-se que com o início da divulgação das informações os Gestores dos RPPS passem a ter maior interesse na divulgação atualizada dos dados. Uma forma também de se mitigar as distorções das informações decorrentes de atrasos e retificações seria de inicialmente dar publicidade dos dados via Painel de Transparência e Boletim em intervalos semestrais. Outra estratégia seria a da inclusão gradual no portal dos RPPS que compõem o Sistema. Iniciar o projeto a partir de uma amostra poderia simplificar a consolidação e o tratamento dos dados sem prejuízo de sua visibilidade.

12.2. Plano de Trabalho

A identificação e descrição das variáveis acima apresentada deverão ser implementadas a partir do desenvolvimento e disponibilização de uma plataforma para consulta pública via rede internacional de computadores. A fim de oferecer uma possível trilha para a implementação da proposta, sugere-se a seguir um Plano de Trabalho do projeto.

12.2.1. Linhas de Ação do Plano de Trabalho

<i>ETAPA</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>SITUAÇÃO</i>
Seleção e descrição das variáveis	Identificação e descrição dos dados mais relevantes para avaliação da gestão e do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Definição de Eixos de grupos de informações relacionadas	Realizado
Consolidação dos Dados	O tratamento das informações e a construção do painel aguarda pela entrega de um aplicativo - SIGERP - que irá possibilitar a extração de informações de forma customizada	Em Construção
Publicação	A divulgação do painel de transparência será dada via plataforma SIGA - SPPS - ferramenta construída e administrada pela equipe do DRPSP	Em Construção
Definição da amostra de RPPS	Como estratégia foi definido que o painel de transparência poderá iniciar com uma amostra dos RPPS, privilegiando aqueles em dia com o envio das informações.	Aguardando definição
Eleição de indicadores para o Boletim de Informações	O projeto apresentou uma proposta de indicadores e gráficos que poderão ser divulgados junto ao Boletim de Informações.	Realizado
Definição da Periodicidade de Publicação	A divulgação das informações deve ser periodicamente atualizada e inicialmente ficou definido que a cada 6 meses os dados deverão ser atualizados	Realizado
Atualização das Informações	Para garantir a manutenção e atualização tanto do Painel como dos Boletins, o DRPSP deverá definir um setor responsável por esta atividade	Aguardando definição
Expansão	Após iniciar o projeto deverá ir gradativamente incorporando todos os RPPS e incrementando o detalhamento das informações	Em Construção

Fonte: Autor

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Lei nº 12.527/2011, toda a Administração Pública tem se esforçado para criar mecanismos para garantir o efetivo acesso às informações públicas a qualquer cidadão, sendo garantida a gratuidade do serviço e sem que haja necessidade de apresentação de qualquer motivação. A proposta aqui apresentada, ao dar divulgação das informações de forma proativa (transparência ativa) colabora na democratização do acesso à informação da Gestão Pública e trará como benefício a redução de demandas decorrentes da LAI.

Cabe relatar e dar os devidos créditos a Consultoria *EloGroup* que em junho de 2015 recomendou em seu relatório de avaliação do DRPSP encomendado pelo MPS a criação de um portal de informações com vistas a dar maior visibilidade a Gestão dos RPPS e assim mitigar o risco de ingerência por parte do chefe do poder executivo de cada Estado/Município instituidor de RPPS. A proposta aqui apresentada vem, portanto, ao encontro desta recomendação e embora não seja por si só uma ferramenta acabada, poderá auxiliar na estruturação deste painel. Como contribuição não contemplada na proposta da consultoria está

o Boletim de informações por RPPS que teve como benchmark o modelo visto no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

A despeito de todas estas mudanças administrativas ocorridas no âmbito do Poder Executivo Federal no período de realização deste trabalho, as atribuições e a atividade desempenhada pelo DRPSP não sofreram descontinuidade de forma que as necessidades diagnosticadas quando da proposição do projeto são hoje igualmente válidas, ou seja, em que pese a competência concorrente da União de legislar sobre a matéria previdenciária e do DRPSP em fiscalizar e monitorar os RPPS, o alcance deste controle é em parte limitado pela autonomia exercida por cada Ente ante o pacto federativo. Além disso, alguns entes federativos buscam com êxito, via judicial, afastar do MPS a supervisão exercida em relação a todos os critérios exigidos para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Como já fora relatado anteriormente, o processo de judicialização da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP prejudica a supervisão exercida pelo MPS sobre os RPPS o que acena para a necessidade de se debater a revisão do marco constitucional e legal que disciplina os RPPS visando o fortalecimento do CRP e definição de regras voltadas à responsabilidade na gestão previdenciária.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JANNUZZI, Paulo de Martino. (2011), Repesando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas, Avaliação de Programas Sociais no Brasil, PPP, N. 32, jan. /jul.

RAMOS, Marília Patta. SCHABBACH, Letícia Maria – UFRS - Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 46(5):1271-294, set./out. 2012.

NOGUEIRA, Narlon Gutierre. A Constituição e o Direito à Previdência Social – São Paulo; LTr, 2009.

COSTA, Valeriano. (2007). “Federalismo”. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. RJ, Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. Konrad AdenauerStiftung& SP, Ed. Unesp.

O 'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. (1998). Lua Nova, São Paulo , n. 44, 1998 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102644519980002

00003&lng=en&nrm=iso>. accesson 31 Oct. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>

BEVIR, Mark. Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 19, No 39: 103-114 JUN. 2011.

LASSANCE, Antonio. LINHARES, Paulo de Tarso, CRONEMBERGER, Constantino e LASSANCE, Antonio (organizadores). *Federalismo à brasileira: questões para discussão*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2013, pp. 23-36. Disponível em <http://goo.gl/NwgvP5>

ARANTES, R. B. et al. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. In: Maria Rita Loureiro et al. (Org.). *Burocracia e Política no Brasil: desafios para o Estado Democrático no século XXI*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, v. 1, p. 109-147.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. “Governança e Capacidades Estatais: uma análise comparativa de programas federais”. Artigo aceito para publicação na *Revista de Sociologia e Política*, 2015. [ATENÇÃO: LER SOMENTE TRECHO PAG.38 “Capacidades estatais e governança no contexto das transformações do Estado”]

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, F. L. ; OLIVIEIRI, C. ; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho . Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, p. 1, 2012.

CORTES, Soraya M. V. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: **LUBAMBO, Catia; Coelho, Denilson B.; Melo, Marcus A. (Orgs.)**. *Desenho Institucional e Participação Política: experiência no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005. pp. 13-32.

Vaitsman, J.; Rodrigues, R.W.S.; Paes-Sousa, R. *O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil*. Brasília: Unesco, 2006

Ceneviva, R. & Farah, M. O Papel da Avaliação de Políticas Públicas como Mecanismo de Controle Democrático da Administração Pública. In: Guedes, A. M. & Fonseca, F. (orgs). *Controle Social da Administração Pública: cenário, avanços e dilemas no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Rio de Janeiro: FGV, 2007, cap. 5.

VAZ, Levi Rodrigues. O princípio do equilíbrio financeiro e atuarial no sistema previdenciário brasileiro. In: *Revista Direitos Sociais & Democracia*, v. 6, p. 4-35, 2009.